



Capítulo

1

Caracterizando as Duas Pesquisas Comparadas

Desde sua criação, em 1987, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras tem como uma de suas principais reivindicações a criação de políticas específicas de extensão como parte das políticas públicas para a educação superior brasileira. Dentre essas políticas, o financiamento da extensão universitária sempre teve papel de destaque, como um ponto básico de reivindicação, visto a sempre presente necessidade de se fomentar projetos sistemáticos nas IPES, com interface com a comunidade, bem como, mecanismos metodologicamente respaldados de avaliação das ações de extensão universitária.

O período compreendido entre 1993 e 1994 caracteriza-se como uma fase de diálogo e forte articulação entre o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e a Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e Desporto (MEC), em especial por meio do Departamento de Política do Ensino Superior (DEPES). A SESu cria, em abril de 1993, a Comissão de Extensão Universitária, com o objetivo de elaborar programas específicos que definam princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas IES³.

³ Portaria n. 66 SESu/MEC, de abril de 1993.

A Comissão é composta pelos coordenadores nacional e regionais do FORPROEX, pelo diretor do DEPES e pelo chefe da Divisão de Graduação e Extensão (DIEG), do DEPES/SESu/MEC.

Esta Comissão elabora então o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), que se constitui, de fato, como uma política de extensão para as universidades públicas brasileiras. Com o objetivo de avaliar e julgar os projetos concorrentes ao PROEXTE, cria-se o Comitê Assessor de Extensão, composto por especialistas indicados pelo FORPROEX e pela SESu/MEC.

Após análise dos projetos, o Comitê Assessor fez uma série de recomendações à Comissão de Extensão dentre elas a necessidade de se realizar, local, regional e nacionalmente, discussões sobre a práxis da extensão, seus limites, avanços e contradições. Recomendou, ainda, que se realizasse um levantamento da situação nacional da extensão. Neste sentido, ainda no final do ano de 1993, a DIEG/DEPES/SESu distribui às universidades públicas um questionário com o objetivo de elaborar um *Perfil* da extensão universitária. Embora recebesse críticas de várias universidades, o questionário foi respondido por 62 IPES, pois o seu preenchimento foi condição para que as universidades concorressem ao Programa de Fomento à Extensão Universitária do ano de 1994. O tratamento dos dados foi realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e os resultados publicados, em 1995, em um documento intitulado *Perfil da Extensão Universitária no Brasil*.

A outra pesquisa, cujos dados se utilizam para comparação ao *Perfil* de 1995, é o *Diagnóstico da Extensão Universitária Brasileira*, desenvolvida sob coordenação da Comissão Permanente de Avaliação do FORPROEX. Os trabalhos dessa Comissão iniciam-se no ano de 1999, quando, durante o XV Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, cria-se o Grupo de Trabalho (GT) de Avaliação da Extensão Universitária⁴, com os objetivos de resgatar os documentos já produzidos pelo Fórum sobre avaliação, estabelecer indicadores qualitativos e quantitativos para avaliação da extensão universitária, elaborar um Programa Nacional de Avaliação da Extensão e realizar um seminário nacional sobre avaliação.

O GT encontra, na verdade, poucas reflexões elaboradas sobre o tema avaliação da extensão. As mais conhecidas eram produção do próprio Fórum: um estudo coordenado pela Universidade Federal do Pará, em 1992, intitulado A

⁴ Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, Resolução n. 002, de 28 de junho de 1999.

Extensão Universitária no Brasil: Contribuição ao Diagnóstico – Etapa I e os Anais do VII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, realizado em Cuiabá, Mato Grosso, em 1993. Este sétimo encontro do Fórum teve como tema a avaliação da extensão, constituindo realmente o primeiro momento de reflexões sobre o assunto.

O GT de avaliação iniciou, portanto, seu trabalho propondo criar um referencial teórico sobre avaliação da extensão buscando, para tanto, conjugar conceitos relativos à avaliação na literatura nacional e internacional e os conceitos e diretrizes do FORPROEX sobre extensão universitária.

O I Encontro Nacional de Avaliação da Extensão Universitária foi realizado em junho de 2000, em João Pessoa, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), durante a realização do XVI Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Em dezembro do mesmo ano, o GT de Avaliação entrega ao FORPROEX o documento final *Avaliação Nacional da Extensão Universitária*, que é publicado pelo MEC/ SESu no ano seguinte, como o terceiro volume da Coleção Extensão Universitária. Nesse livro, além de apresentar princípios, conceitos, pressupostos e objetivos da avaliação da extensão, elaborados pelo próprio GT, há uma proposta básica de avaliação para orientar as universidades. O estudo concebe a avaliação da extensão em cinco grandes dimensões a serem investigadas: política de gestão, infra-estrutura, relação universidade e sociedade, plano acadêmico e produção acadêmica. Para cada uma dessas dimensões são definidos categorias e indicadores a serem avaliados sob os aspectos qualitativos e quantitativos. São ainda indicados os procedimentos metodológicos, as técnicas e as possíveis fontes de informação.

Finalizada esta etapa do trabalho, o FORPROEX, constatando a necessidade de dar continuidade ao processo de forma sistemática, em maio de 2001 transforma o GT em Comissão Permanente de Avaliação de Extensão, de natureza técnica e acadêmica. Essa Comissão elabora os instrumentos (Anexos 1, 2, 3, 4 e 5) a serem aplicados em todas as universidades públicas, na forma de cinco questionários, abrangendo as dimensões citadas para se construir diagnóstico da extensão universitária brasileira – 2005.

Os instrumentos foram disponibilizados no sítio da Rede Nacional de Extensão (www.renex.org.br), sendo o Laboratório de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais responsável pela aplicação da web, aquisição e exportação das informações. Nesse documento, apresentam-se dados obtidos dos instrumentos 1, 2, 4, e 5, preenchidos por 72 universidades, com pequenas variações de um para outro instrumento, conforme demonstra o

Quadro 1. A relação das universidades respondentes aos mesmos instrumentos encontra-se no Anexo 6.

Quadro 1 Definição do universo de análise: Diagnóstico da Extensão Universitária Brasileira – 2005

Instrumento	Ipes Respondentes
Dimensão 1 – Política de gestão	72
Dimensão 2 – Infra-estrutura	70
Dimensão 3 – Relação Universidade – Sociedade	-
Dimensão 4 – Plano acadêmico	66
Dimensão 5 – Produção acadêmica	66

Fonte: Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil, 2005.

Nota: O instrumento que avalia a dimensão 3 encontra-se em fase de análise.